Jornal da Esquerda Marxista - Ano VI - Edição 47 - Agosto de 2012

Luta de Classes

Pela reconstrução da 4º Internacional

IMPRENSA OPERÁRIA R$ 4,00

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (Karl Marx)

Dirigentes da CUT, por que não unificam as lutas?

Crédito: UOL Noticias

Marcha dos servidores federais

A crise na Europa e suas consequências no Brasil

O governo planeja um novo pacote pra enfrentar a crise que inclui mais benefícios aos patrões e mais cortes para os trabalhadores. Entre as medidas que estão sendo gestadas está um pacote de privatizações, uma nova reforma da previdência que aumenta a idade da aposentadoria e novas desonerações para as grandes empresas.

Págs. 16 e 17

EDITORIAL
A CUT tem que construir a unidade
Pág 2

INTERNACIONAL
Trabalhadores e as eleições nos EUA
Págs. 8, 9, 10 e 11

NACIONAL
A batalha de Belo Monte
Págs. 12, 13 e 14

www.marxismo.org.br

QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?

A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em "raças". E com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

A CUT tem que construir a unidade pelas reivindicações

Esquerda Marxista

Entre os dias 9 e 13 de julho deste ano foi realizado o 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) onde participaram quase três mil delegados.

As discussões foram distribuídas nos trabalhos de Grupos, onde palestrantes expuseram suas opiniões sobre a conjuntura, em geral muito superficialmente, sem entrar no centro da questão: a superprodução e a especulação financeira e no crescente empenho dos governos em salvar o capital. Pouco se debateu sobre como efetivamente mobilizar e unir os trabalhadores para derrotar a crise.

Apesar de que o CONCUT tenha ocorrido em meio a um vigoroso movimento grevista no Brasil, onde se destaca a greve das universidades federais e a recusa do governo em negociar, nele não foi aprovada nenhuma medida prática que de fato avançasse na unificação das lutas das diferentes categorias para obrigar o governo Dilma a atender as reivindicações.

O governo argumenta que não tem como discutir aumento salarial. Financia os banqueiros e empresários, desonera a folha, aumenta o tempo de serviço para efeito de aposentadoria, deixa de cobrar impostos de várias indústrias, e por outro lado ataca as greves com repressão e violência.

A crise, que agora todos admitem existir, já está provocando novas ondas de demissões com montadoras dando férias, suspendendo contratos e abrindo Programa de Demissão Voluntária (PDV). O caso mais emblemático desta situação está se dando na GM de São José dos Campos, que acaba de fechar um acordo que apenas protelará as demissões, mas obrigando os que trabalham e pagam seus impostos a pagarem as contas, (ver páginas 16 e 17 desta edição).

No meio de toda essa turbulência a direção do PT segue dando cobertura para que o governo realize mais cortes contra os trabalhadores. Para as eleições de outubro promove vergonhoso acordo com Maluf em São Paulo (o que contribui para Haddad ter apenas 6% das intenções de voto e colocar a militância desmoralizada), passa por cima da vontade da militância em Recife, impondo Humberto contra João da Costa e no Rio coloca o PT como vice do PMDB, empurrando vários petistas a apoiarem o candidato do PSOL (Freixo).

Qual a situação que está colocada para o conjunto dos trabalhadores hoje?

Ou a CUT assume na prática uma postura de combate e pela unidade das lutas e das categorias ou ela será cada vez mais correia de transmissão dos interesses tripartites no interior do movimento.

De que adianta o 11º CONCUT ter aprovado um plano de lutas que passou pelo acampamento dos servidores, pela mobilização do dia 18 de julho e que deveria culminar na Marcha de agosto se até agora as greves em curso continuam separadas e atomizadas e o setor majoritário da direção da CUT segue como a quinta roda do governo de colaboração com a burguesia e agora anuncia que fará uma manifestação em Brasília em 5 de setembro, quando as greves já estiverem acabado e o movimento se exaurido.

Se a CUT, sua direção, de fato chamar o conjunto das categorias para uma luta unitária e séria, certamente a resposta dos trabalhadores será positiva e a crise poderá de fato começar a ser enfrentada. Por outro lado a direção majoritária do PT ao permanecer dando sustentação às alianças com a burguesia acaba atrofiando as lutas dos trabalhadores e deixa o governo à vontade para atender as exigências da classe patronal, colocando o partido em risco.

A Esquerda Marxista segue combatendo por sua construção como instrumento necessário para impulsionar uma organização revolucionária de massas, intervindo nos sindicatos, na juventude, na CUT e PT e nas eleições de outubro para que se realize a mais ampla unidade pelas reivindicações, pela ruptura das alianças com a burguesia e seus partidos.

Só a unidade dos trabalhadores vencerá os capitalistas!

Que os patrões paguem pela crise!

Boleto de Assinatura. Deposite e envie por carta, e-mail ou entregue a um militante

Nome:_____

Endereço - Rua (Avenida):_____

Nº_____Complemento:_____

Bairro:_____Cidade:_____UF:_____

CEP:_____E-mail:_____

Telefone: (___)_____Cel:(___)_____Data:_____/_____/_____

Agência de origem do depósito: _____ou nº do depósito:_____

ASSINE: LutadeClasses

Distribuição interna aos filiados do PT -12 Nºs R$ 48,00 - 12 Nºs solidário R$ 60,00

Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810

Banco do Brasil; Ag: 1196-7; CC: 30759-9; Instituto Marx & Engels de Est. e Pesq. do Trab.

jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br - Editor responsável: Wanderci Bueno

Entrevista com um jovem trabalhador marxista dos EUA

*João Diego entrevista Karl Belin
militante do Socialist Apeeal
juandiego.rojo@yahoo.com.ar

Segundo pesquisas do Election Board (1), a proporção de pessoas entre 18 e 29 anos que votaram em eleições caiu de 51% em 2008, ano que viu a chegada de Obama na Casa Branca, para 23% em 2010. Essa desilusão parece não ser só com Obama, mas com os governos e com as instituições burguesas, afinal o partido republicano não ganhou maior apoio.

Normalmente as eleições intermediárias tendem a ter uma menor resposta, de modo que essas cifras podem cair. A eleição presidencial de 2008 foi muito maior do que o normal. Mas sim, há uma clara decepção e nós entendemos que é uma decepção geral com as instituições e partidos burgueses. Isto tem sido claramente falado por muitas pessoas. Obama ainda é o alvo dessa insatisfação. No entanto, há uma pesquisa feita pela Rasmussen Poll em torno de 2009 que indicou que pessoas com idade abaixo dos 30 anos estavam divididas em três partes: 1/3 apoiando o capitalismo, 1/3 apoiando o socialismo e 1/3 de indecisos. Esta é outra clara indicação de uma crescente decepção e busca de alternativas.

Essa perda de confiança na política e nas instituições aumentou o número de ativistas?

O número de ativistas certamente cresceu. Mas por outro lado, o número de sindicalizados permaneceu estagnado ou mesmo perdeu números. Isto é porque, por décadas, os sindicatos não organizaram novos locais de trabalho em escala massiva. Além do mais, onde há sindicato, desde o final do boom do pós-guerra, eles continuam tendo as mesmas estratégias da chamada "parceria com os patrões". É impossível que esta estratégia funcione em um período de declínio econômico geral. Isso é o que fez com ficassem desacreditados muitos sindicatos e particularmente os seus dirigentes.

Crédito: thirdcoastdigest.com

Manifestação da juventude em Madison

O movimento Occupy foi um caminho que a juventude encontrou para verbalizar seu descontentamento de uma maneira semiorganizada, sem a liderança dos sindicatos, ou porque a liderança sindical não organiza a juventude ou porque os jovens não confiam nos dirigentes para organizá-los.

Podemos supor que o movimento Occupy é fruto da busca por uma alternativa na medida em que os americanos não têm um partido ou organização para se referenciar?

Certamente. A maioria dos jovens nunca esteve em um sindicato, que é a única organização de massas que temos nesse país. O movimento Occupy desenvolveu-se organicamente como um meio para os jovens e trabalhadores manifestarem-se com certo êxito.

Um presidente negro ajudou a mudar a forma como os negros são tratados nos Estados Unidos?

Não. Falou-se muito sobre "América pós-racial", mas é claro que trabalhadores negros, especialmente as mulheres negras, ainda são a parcela mais explorada da sociedade, ao lado dos imigrantes "ilegais".

O caso do jovem Trayvon Martin, que morreu no dia 26 de fevereiro, não demonstraria um caso típico de racismo?

Sim, é um típico ataque racista. Mas ainda mais típico foi a maneira como trataram seu assassinato. Levou semanas para que o assassino fosse preso, as penas foram reduzidas e houve um imenso circo feito pela mídia debatendo se ele infringiu ou não a lei. Apenas para ilustrar o quão típico são casos como este: lembramos o caso de Oscar Grant na Califórnia, um rapaz que foi assassinado pela polícia. Outro caso: há apenas alguns dias, houve uma mulher árabe residente na Califórnia que foi brutalmente espancada e morta. Desde a rebelião Bacon durante o século XVII, o racismo tem sido a melhor ferramenta da classe governante para manter os trabalhadores divididos.

Alguns analistas dizem que os negros fazem parte da base leal ao governo, assim como os jovens, isso é verdade?

De certa maneira, sim, isso é verdade. Mas a decepção também tem atingido essa camada.

Que impacto teve a revolução árabe nos Estados Unidos? As manifestações em Madison contra o governador de Wisconsin, Scott Walker, em 2011, que queria acabar com os sindicatos do setor público, seriam uma prova desse impacto?

A revolução no mundo árabe, uma vez que se tornou um ponto de referência, foi uma grande inspiração para os trabalhadores americanos. Uma prova clara disso, por exemplo, é que em Wisconsin vimos slogans como "Fight like an Egyptian" (Lute como um egípcio) e "Down with Hosni Walker" (Abaixo Hosni Walker). Um episódio pitoresco ocorreu quando os trabalhadores estavam ocupando o "Capitólio Estadual": chegaram centenas de pizzas que tinham sido pedidas por revolucionários diretamente do Egito.

>> Continua na próxima página

Após um ano, como está o movimento dos trabalhadores nesse estado? Houve avanços?

Infelizmente ao invés de ter uma greve geral, a qual foi cogitada, os dirigentes sindicais decidiram dividir o movimento com uma reeleição. Eles coletaram milhares de assinaturas para ter essa eleição, no entanto, ao invés de ter um candidato dos trabalhadores, escolheram um político do partido democrata que tinha uma longa carreira antitrabalhista quando foi prefeito de Milwaukee. Seu programa era quase o mesmo de Walker. Uma batalha de classe foi convertida em uma disputa entre republicanos e democratas. A maioria dos apoiadores que o movimento trabalhista tinha, desde pequenos fazendeiros e jovens, foi eliminada como resultado disso. O AFSCME (Federação Americana de Empregados do Estado, Condado e Municipais) é um sindicato que ilustra claramente o resultado dessa estratégia: teve seu número de membros reduzido em dezenas de milhares.

Recentemente vimos o governo Obama entrar em uma batalha para aprovar a lei da saúde. Poderia falar sobre essa lei e de como funciona o sistema público de saúde nos Estados Unidos?

Não existe sistema público de saúde nos EUA. A lei do plano de saúde de Obama, chamada Obamacare, na verdade representa uma maior carga para os trabalhadores. Quando a lei for efetivada aqueles que não podem pagar por plano de saúde, pagarão mais impostos. A luta por saúde universal é uma das mais importantes lutas que os trabalhadores enfrentam. A AFL-CIO passou uma resolução a favor do plano de saúde para todos. Agora é a hora de eles começarem a organizar essa luta.

E sobre a Lei de imigração?

O número de imigrantes, que chega aos EUA vindos do México e de outros países latino-americanos, decresceu e a questão da imigração foi amplamente removida do debate público. No entanto, ainda há mais de 12 milhões dos chamados "imigrantes ilegais" nos EUA. E removendo essa questão do debate público os capitalistas estão agora em uma posição de atacar os imigrantes sem serem expostos à opinião pública.

É verdade que o presidente Obama interrompeu as deportações de jovens imigrantes ilegais, mas isso é apenas uma pequena reforma. Ao final, há apenas uma solução para a questão da imigração, que só pode se dar com a legalização imediata e incondicional para todos. Esta é a posição dos marxistas americanos.

Como o WIL está organizando a juventude na batalha pelo PT?

Em média, os estudantes que se formaram em 2010, tinham uma dívida de aproximadamente US$ 250.000. Claramente esta é uma carga na família trabalhadora. Os estudantes estão começando a perceber isso. Eles estão começando a se organizar sobre essa questão, mas ainda de uma maneira não uniforme.

O que o WIL tem feito é envolver os estudantes na discussão sobre um LP - Labor Party (Partido do Trabalho), especificamente sobre as condições que eles enfrentam. Por exemplo: dívida estudantil, saúde, empregos para recém-formados, recursos federais para as universidades, etc. Apenas o LP pode lutar pelos estudantes porque os estudantes são trabalhadores em treinamento. E os capitalistas já sabem que seus interesses são opostos aos dos estudantes. O que começamos a fazer é organizar pequenos clubes estudantis com orientação para o movimento trabalhista tendo como principal tarefa a luta por um partido dos trabalhadores de massa.

Nas Universidades a juventude está sendo atingida pela crise? De que forma?

Claramente, a dívida estudantil é o maior problema. Mas também o fato de que, para cada vaga de emprego aberta há em média oito pessoas buscando esta vaga. Isso significa que o desemprego para os jovens, especialmente para os recém-formados, é o principal problema. Outro exemplo, é que anteriormente, após a entrada dos jovens na faculdade, eles deixavam a casa de seus pais definitivamente. Ultimamente, estes jovens, pela falta de oportunidade no mercado de trabalho, não conseguem mais se sustentar após a faculdade e voltam para a casa de seus pais. E muitas vezes, seus pais estão mudando para a casa de seus avós. Isso acontece por causa da execução de hipotecas.

Em geral, as universidades têm perdido recursos e cresceu o custo das mensalidades escolares, o preço de livros e materiais escolares também tem subido. Escolas técnicas estão sendo fechadas pela falta de financiamento. Para os estudantes do ensino médio, os programas de artes, músicas e até mesmo ciências estão sendo eliminados. Muitas escolas de ensino médio têm sido privatizadas, o que é um fenômeno sem precedentes.

Tudo isso leva à frustração e raiva entre os jovens.

Como os estudantes enfrentam a crise, quais são as organizações estudantis em nível nacional?

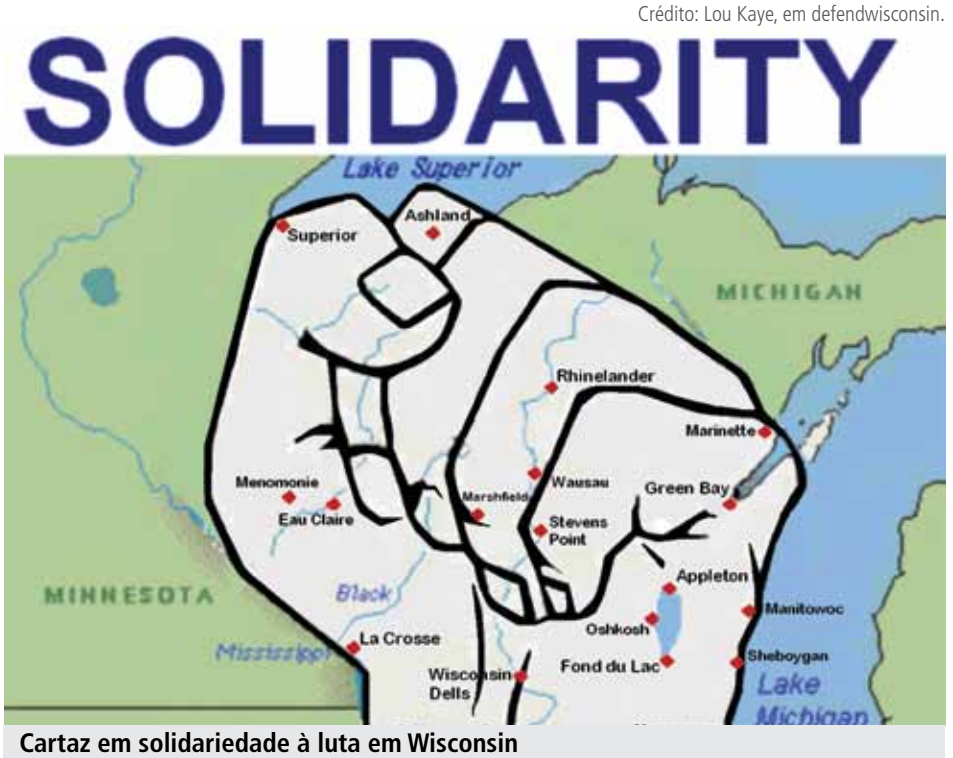
Não há organização dos estudantes em nível nacional. Nem mesmo nas universidades há uma organização ou sindicato estudantil, no entanto tem ocorrido certa quantidade de paralisações nas escolas. A mais notável foi na escola de ensino médio em Madison, no estado de Wisconsin, onde os estudantes saíram às ruas em solidariedade a seus professores e pelo direito de organização.

Outro desenvolvimento encorajador é que em vários campi, os estudantes têm trabalhado para construir pontos de solidariedade com os trabalhadores das escolas e universidades.

A questão mais urgente e provavelmente a tarefa mais importante para os estudantes é a de organizarem-se nacionalmente e combater.

**João é dirigente da Juventude Marxista*

Crédito: Lou Kaye, em defendwisconsin.



Cartaz em solidariedade à luta em Wisconsin

Ensino Médio Integral em São Paulo: protagonismo juvenil ou empresarial?

Célula de professores da EM
edsoncalheiros@gmail.com

Crédito: Apeoesp

40 mil professores se manifestaram na Paulista contra as péssimas condições de ensino no Estado de São Paulo

Entre os dias 6 e 10 de fevereiro deste ano, em Águas de Lindóia no estado de São Paulo, foi realizado encontro com os dirigentes regionais de ensino e com integrantes do quadro administrativo e pedagógico de 16 escolas estaduais, Nestas escolas foi implantado o novo modelo de Ensino Médio de tempo Integral. A "orientação técnica", como caracterizou o evento, tinha como objetivo explicar a nova proposta aos participantes.

Apresentado como um projeto inovador, o Ensino Médio de tempo Integral tem como principal eixo o "protagonismo juvenil", um belo termo criado para nomear uma espécie de processo didático-pedagógico no qual, pouco a pouco, os jovens deveriam tomar em suas mãos seu próprio projeto de vida.

Mas tal proposta revela-se mais uma falácia da política nefasta dos tucanos em São Paulo, política mentirosa que faz discursos inflados com adjetivos e perfumarias que visam disfarçar o mau cheiro de suas ações que, a serviço da burguesia, destroem espaços públicos. Em sua gênese este projeto concentra as linhas gerais da política do PSDB para a Educação: sucateamento dos espaços públicos, precarização e flexibilização dos contratos de trabalho e abertura dos espaços e recursos estatais para a iniciativa privada.

Regime de dedicação exclusiva

De acordo com a Lei Complementar 1164/12, que institui o Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, os docentes das escolas participantes são designados para tal função, passando a trabalhar em regime de 40 horas semanais e abrindo mão de exercer qualquer outra função remunerada durante o período de funcionamento da escola. Para tanto, passam a receber a Gratificação de Dedicação Plena e Integral – GDPI, equivalente a 50% do salário-base, de acordo com sua respectiva faixa e nível.

A Lei ainda prevê que a permanência dos docentes nestas escolas está condicionada a "aprovação, em avaliações de desempenho, periódicas e específicas, das atribuições desenvolvidas nas Escolas".

Em primeiro lugar, tal medida segue aprofundando a meritocracia como política divisionista entre os professores, pois estes são impelidos a lutar uns contra os outros por estes espaços de "privilégio", e para isso abandonam a luta da categoria dos trabalhadores da educação, que em seu conjunto agoniza em condições de trabalho absurdas.

Em segundo lugar, através do regime de designação para função/atividade, a Secretaria de Educação cria a condição dos docentes em total dependência, o que se evidencia na possibilidade de revogação da designação caso o docente não aja conforme as orientações da Secretaria. Há ainda a dependência econômica, uma vez que os 50% a mais de vencimentos recebidos por estes trabalhadores está vinculado diretamente à permanência na função. Parece pouco? O docente ainda pode perder o direito à gratificação na ocorrência de afastamento e ausências, incluindo-se aí as licenças-saúde e faltas médicas.

Trata-se do típico caso de contrato precarizado, pois embora o docente seja concursado - não cabendo, portanto, sua exoneração - ele fica submetido a uma série de condições duras para permanecer na função, ao passo que o Estado, na figura de patrão, se exime de contemplar direitos históricos básicos como as faltas por motivo de saúde.

O loteamento dos espaços públicos de educação

O ICE-Brasil (Instituto de corresponsabilidade pela educação), organização social que trabalha no desenvolvimento e implantação de parcerias público-privadas no âmbito educacional, prestou consultoria na implantação do projeto de Ensino Médio de Tempo Integral em São Paulo.

A corresponsabilidade de seu título esconde, mais uma vez sob um nome bonito, um intento perverso: desenvolver projetos que permitam que as empresas privadas possam

>> Continua na próxima página

Crédito: Internet

Escola com construção paupérrima

explorar comercialmente o espaço público da educação.

Essas empresas não têm nenhum interesse numa educação pública de qualidade, antes agem em causa própria, seja por concessão de isenção fiscal ou por facilitações econômicas diversas, como acesso a recursos públicos. A implantação de um modelo privado dentro do espaço público, que se legitima de dentro para fora pode, num futuro não muito distante, naturalizar o fornecimento da educação pelo setor privado como moeda de troca por regalias comerciais.

Além disso, o Estado abre mão de formular políticas públicas de educação, passando para os empresários-investidores este papel, que o desempenharão de acordo com seu interesse de classe. Mais uma vez, quem paga a banda escolhe a música.

Desta maneira, a suposta beleza do "protagonismo juvenil" rapidamente se esfacelará diante das demandas dos setores privados em formar massas ordenadas para o ciclo de produção e consumo, e será dentro destes moldes que proporão que os jovens elaborem seu projeto de vida com as "próprias mãos".

Ilhas de excelência num mar de sucata

Com a enganação de que os recursos seriam injetados pelo setor privado e que os docentes que aderirem obteriam vantagens, o Projeto das escolas de Ensino Médio de tempo integral é vendido como um oásis, onde parece ser possível implementar um projeto pedagógico real, no qual a escola não seja apenas um depósito de crianças e adolescentes sem maiores opções de inserção e atividade social construtiva. Mas o canto da sereia tem como intuito fazer naufragar, o mais breve possível, o projeto de educação pública e gratuita de qualidade em nome do lucro fácil da burguesia em parceria com o setor público, onde uma mão suja a outra.

Fica assim evidente que o governo, a serviço da burguesia, sabota a própria estrutura pública gratuita de serviços, impondo orçamentos reduzidos somados aos ataques aos seus trabalhadores, a fim de legitimar perante a "opinião pública" - com grande apoio da mídia - uma falência do sistema público, criada para justificar a adoção de sistemas de corresponsabilidade em parceria com os empresários, para definitivamente alinhá-lo aos interesses parasitários do capital.

Urge uma jornada de lutas dos trabalhadores da educação, por melhores condições de trabalho e por uma educação pública de qualidade. Apenas a classe trabalhadora organizada poderá deter a destruição do direito universal à educação, o que torna a defesa da educação pública e gratuita, de qualidade, uma bandeira de toda a classe, unida à juventude.

Em um 'país de todos', onde nem todos estão pela educação!

Aprovado ainda durante o governo Lula, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, assim como o Programa Ensino Médio Inovador, são apresentados como propostas para a melhoria da qualidade de ensino na educação pública, mas constituem, de um modo geral, uma série de generalizações que nada trazem de novo sobre política educacional. Entre uma trivialidade e outra, porém, ambos os documentos têm passagens onde se abre claramente espaço para a entrada livre e desimpedida da iniciativa privada nas escolas públicas:

- "firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas";
- "podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica.";
- "criar uma rede nacional de escolas de ensino médio, públicas e privadas, que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores";
- "incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S (SESI, SENAI, SESC e SENAC) com as redes públicas de ensino médio estaduais."

Além disso, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é tomado como referência objetiva exclusiva pra avaliar a qualidade da Educação, o que aliado à diretriz de "implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho", dá abertura para que se espalhe por todo país o tipo de política que está acabando com a educação pública em São Paulo, jogando sobre as costas dos professores o fracasso do projeto educacional público, enquanto a eles são negadas as condições básicas para desenvolver seu trabalho: classes com menor número de alunos, material didático de apoio, aplicação do Piso Nacional e garantia de pelo menos 1/3 de jornada extraclasse para planejamento, formação, avaliação e organização de suas atividades.

Nestas premissas se expressa mais uma vez a política de conciliação de classes desenvolvida por Lula e Dilma, e que vai na contramão dos interesses da classe trabalhadora. A ideia de uma sociedade brasileira única, que agrega todos em torno de um objetivo comum, é uma mentira que tem como intento mascarar a luta de classes e desmobilizar a organização dos trabalhadores.

Da mesma maneira que não existe o "Brasil, um país de todos", não existem "Todos pela educação". O que há neste momento é a disputa deste espaço público pelas aves de rapina do capital, buscando tomar para si um quinhão de vantagens à custa dos trabalhadores.

Romper com os partidos burgueses pondo fim ao governo de coalizão, para governar com aqueles que elegeram o PT, é a única forma de garantir a educação pública gratuita como direito universal.

A batalha dos marxistas nas eleições de 2012

Jornal Luta de Classes

Nossas campanhas estão ao lado dos trabalhadores e da juventude na luta por melhorias reais nas condições de vida do povo e por um futuro digno. Não aceitamos dinheiro de bancos e empresas. A arrecadação de nossa campanha está baseada em contribuições de simpatizantes, militantes e apoiadores. Entendemos que a independência financeira é a condição necessária para conquistarmos um mandato sem rabo preso com a classe dominante, mas profundamente comprometido com aqueles que são explorados por esse sistema.

Acreditamos que os trabalhadores organizados e mobilizados são a única força capaz de construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Como afirmou Karl Marx: "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Nossos mandados pretendem ser um ponto de apoio para a luta de jovens e trabalhadores por suas reivindicações tanto no âmbito municipal, quanto nas lutas em nível estadual e federal, onde muitas das questões que tocam a vida do povo são decididas. Somos parte da luta de nossa classe, por isso, não nos limitamos ao trabalho parlamentar dentro das instituições burguesas.

No atual sistema em que vivemos, a classe trabalhadora produz toda a riqueza social, mas uma minoria parasitária apropria-se dessa riqueza. Enquanto para patrões, banqueiros e latifundiários sobram casas confortáveis, educação de alto nível e os melhores e mais avançados tratamentos médicos, para os trabalhadores sobram moradias precárias, escolas sucateadas, filas e falta de condições no atendimento nos hospitais públicos. Em nossa opinião, aqueles que produzem a riqueza devem ter o direito de decidir a distribuição dessa riqueza. Por isso, defendemos um governo socialista dos trabalhadores! Para avançar nesse sentido, é impossível manter um governo junto com os inimigos dos trabalhadores, o PT deve romper as alianças com os partidos capitalistas (como o PMDB de Sarney/Temer, o PSD de Kassab, o PP de Maluf, o PTB de Collor, etc.).

Nossas candidaturas são candidaturas petistas fiéis aos princípios que originaram nosso partido. Não sucumbimos ao pragmatismo eleitoral. Continuamos de acordo com o Manifesto de Fundação do PT que dizia:

"O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas."

O capitalismo passa por uma crise mundial e os seus efeitos já começam a chegar no Brasil. Multiplicam-se as notícias de demissões e licenças, como a ameaça de demissão de 1500 operários da GM de São José dos Campos. O emprego industrial está em queda há 10 meses. Nossa candidatura está ao lado dos trabalhadores e seus sindicatos na luta para que não sejam os trabalhadores a pagar pela crise do capitalismo. Somos contra as medidas de cortes nos direitos dos trabalhadores, lutamos pela ampliação dos direitos e medidas de defesa da classe diante da crise, como a estabilidade no emprego. Apoiamos os servidores federais em greve e suas reivindicações.

Crédito: internet

Somos pelo fim do pagamento da dívida interna e externa, que suga quase metade do orçamento federal para pagar juros e amortizações da dívida principalmente a banqueiros nacionais e estrangeiros. Essa submissão ao capital reflete-se diretamente no âmbito municipal com a Lei de Responsabilidade Fiscal, lei implementada na era FHC que engessa o orçamento de municípios, Estados e da União para garantir o superávit fiscal primário para o pagamento da dívida.

Nossas candidaturas, em resumo, têm entre seus eixos centrais:

- Pela previdência pública e solidária! Fim do fator previdenciário! Revogação de todas as Reformas da Previdência implantadas desde a era FHC!
- Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Não pagamento da dívida interna e externa!
- Os trabalhadores não devem pagar pela crise! Contra as demissões e a retirada de direitos! Que a presidente Dilma decrete a estabilidade no emprego para todos!
- Passe-Livre para os estudantes!
- Por saúde e educação pública, gratuita e de qualidade para todos! Fim das parcerias público-privadas, como as existentes com OSs (Organizações Sociais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)!
- Em defesa do servidor público, de seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários e por melhores salários e condições de trabalho!
- Em defesa da luta por moradia e contra a especulação imobiliária!
- Reforma Agrária já!
- Contra a perseguição aos dirigentes das Fábricas Ocupadas, pelo fim da criminalização dos movimentos sociais!
- Por um governo socialista dos trabalhadores!

Juntem-se a nós, ajudem as candidaturas marxistas!

Contato: wanderci.bueno@gmail.com

Trabalhadores e eleições nos EUA: entre o fogo e a frigideira a receita é independência de classe

*Mario Conte
mariocontef@gmail.com

Em novembro deste ano, ocorrerão eleições presidenciais nos EUA. Os meios de comunicação se ocupam apenas dos candidatos democrata (Barack Obama) e republicano (Mitt Ronney), apresentando seus discursos como antagônicos, para manter alguma aparência de democracia na escolha de um melhor (ou menos pior) entre dois iguais, já que a suposta independência ante interesses financeiros e econômicos, tanto dos candidatos como dos meios de comunicação, não passa de uma farsa cada vez mais ao conjunto da classe trabalhadora. A mídia burguesa, uma empresa privada sempre em busca do lucro incessante e crescente, não tem qualquer compromisso com a informação ou com a verdade ou qualquer escrúpulo ao produzir suas notícias. Seus pretensos noticiários abusam de imagens e temas sensacionalistas em uma abordagem que não se furta a sacrificar a informação para obter respostas emocionais e irrefletidas do seu público. Tudo em nome das vendas e da audiência.

Foi surfando nesse tipo de propaganda travestida de notícia, que Obama ganhou as últimas eleições como a imagem da encarnação do "bom moço" que resolveria os problemas dos EUA e de todo o mundo. A mídia ajudou a torná-lo o anti-Bush para que fosse reinventado á imagem e semelhança de cada eleitor, como alguém que faria tudo diferente (não foi por acaso que as palavras mais usadas por Obama na campanha eram "hope" e "change", que significam respectivamente "esperança" e "mudança", além do seu slogan de campanha ser "yes, we can", que significa "sim, nós podemos"). Dessa forma, o movimento antiguerra viu nele um antiguerra, os sindicatos viram nele um apoiador do lado dos trabalhadores, ambientalistas viram nele um apoiador de energia renovável e educadores e pais pensaram que ele fosse a favor da educação pública (desnecessário dizer que ele não é nem uma dessas coisas). Em outras palavras, o povo viu, e continua vendo em Obama, embora cada vez menos, o que eles queriam ver nele. Já que ele nunca explicou com que tipo de esperança ou mudança se comprometia, foi necessário o tempo revelasse que seu mutatis mutandis constituía realizar as mudanças necessárias para que tudo permanecesse igual, como dizia o famoso personagem do livro do siciliano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, "O Leopardo". E como esperavam (novamente a esperança) todos que financiaram sua campanha com milhões de dólares, as mudanças consistiam no rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora americana e na redução dos investimentos públicos nas áreas sociais, para garantir intocados os lucros da burguesia financeira e industrial. Mudança rumo à esperança desses últimos que repetiam em coro "yes, we can", "sim, nós podemos manter nossas obscenas taxas de lucro" e "sim, nós podemos" ostentar ainda a mesma riqueza, mesmo com sistema capitalista em colapso no mundo inteiro, espalhando cada vez mais miséria, fome e guerra como um quinto cavaleiro do apocalipse". Lembramos que as doenças epidêmicas são também outro efeito colateral desse bárbaro sistema.

Crédito: Internet

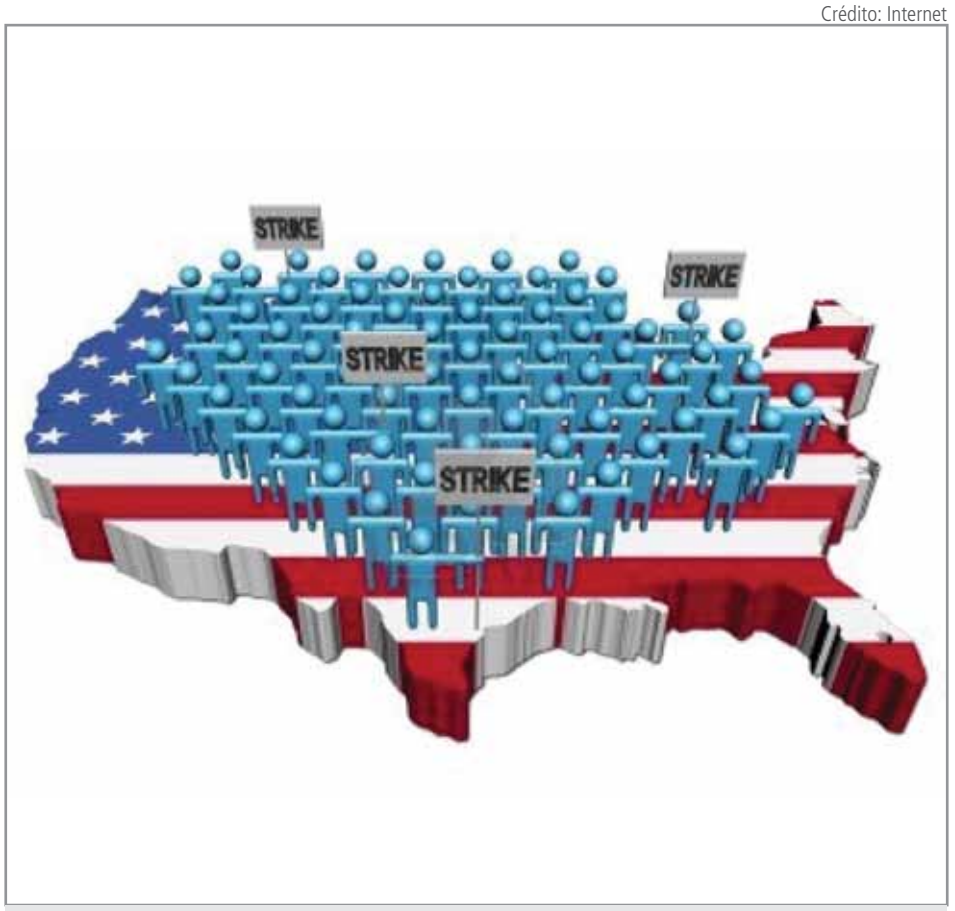


Ilustração sobre greves nos EUA

Está criado um clima de desilusão com o não cumprimento de promessas que Obama nunca fez ou se comprometeu de fato, já que foram os eleitores ávidos por mudanças reais que projetaram nele suas próprias esperanças. A aprovação do seu governo recuou pelo terceiro ano consecutivo e se encontrava em 44,4 %, segundo pesquisa do instituto Gallup em janeiro desse ano. Isso provocou uma nova retórica de Obama, necessária para que ele pudesse concorrer à reeleição esse ano, já que não conseguiu apresentar uma única medida de combate à crise econômica e financeira que se fizesse eficaz e nem nunca poderá fazê-lo, pois como Mitt Roney é um legítimo representante dos interesses dos grandes negócios e da classe dominante e não buscará soluções além dos limites do regime capitalista, limite onde as soluções reais para a crise não podem ser encontradas.

A colaboração da mídia na construção da imagem de "bom moço" resultou até em um Prêmio Nobel da paz para Obama já em seu primeiro ano de mandato. Em triste ironia, ele aceitou o prêmio enquanto continuava duas guerras herdadas, travadas em outro continente, tornando-se assim merecedor de um Oscar de melhor atuação na farsa que ainda o apresentava como o candidato da classe trabalhadora. Farsa que encenada em novo ato, apresenta-o publicamente como o candidato dos eleitores de origem latina, em um momento onde estes são apontados como aqueles que podem decidir as eleições. Na prática, seu governo deportou um número recorde de pessoas nos últimos três anos, uma média de 400 mil ao ano, sendo a maioria delas latinas.

>> Continua na próxima página

Esse tipo de divisão artificial entre os trabalhadores que Obama e seu partido ajudam a provocar, como se interesses linguísticos, culturais ou religiosos estivessem acima dos interesses de classe, fazem parte da suja política das classes dominante praticada desde o antigo Império Romano, cujo lema "dividir para conquistar" foi muito bem assimilado pelo novo império. Assim, o fato de Obama ser negro foi usado largamente como propaganda de que os EUA. são um país democrático e com oportunidades iguais para todos, enquanto práticas racistas continuam sustentando o sistema e buscam dividir os trabalhadores em categorias artificiais e historicamente fabricadas apenas para propagar ideologias das classes dominantes que permitam a elas exercerem um domínio mais eficiente. Por isso, foi criada essa falsidade nada científica chamada "raça", embora se reivindicasse das pseudociências de sua época para conferir-lhe um aparente rigor de tese científica e tornar-se o alicerce ideológico para o racismo (este, sim, muito real e que deve ser combatido), ainda que nunca tenha havido uma única raça a diferir dois seres humanos, simplesmente humanos como única categoria realmente biológica a classificá-los. O racismo foi o alicerce ideológico no qual as elites construíram o regime da escravidão numa nação gerada sob a "luz" do iluminismo europeu, que afirmava que todos os homens são iguais, o que inclusive foi escrito na constituição do país quando de sua libertação da Inglaterra. Como tal igualdade entre os seres humanos simplesmente não pode se dar sob o capitalismo, porque este é o regime da propriedade privada dos meios de produção, que deve, necessariamente, negar oportunidades e condições a uma ampla maioria, os "pais fundadores" dos EUA resolveram a contradição da igualdade nos direitos não se realizarem nos fatos, espalhando tal ideologia nefasta que permitiu que seres humanos fossem propriedade de outros seres humanos, onde os segundos pudessem extrair e se apropriar de toda a riqueza que os primeiros produzissem enquanto relegados á condição de objeto e posse, retirando, desde os direitos, a igualdade entre os homens para que de fato eles se desenvolvessem em desigualdade de riquezas e acúmulos materiais e oportunidades políticas e classes sociais. Racismo e capitalismo são faces de uma mesma moeda, afirmou Stephen Biko ao combater a política do apartheid tanto quanto o regime capitalista na África do Sul, por isso mesmo covardemente assassinado pelas forças da repressão daquele país em 12 de setembro de 1977, já que propagava que a divisão do regime racista era a forma que o capitalismo encontrou para se desenvolver e explorar a força de trabalho local, no interesse de uma pequena minoria, como sempre ocorre nesse sistema.

Obama foi, em três anos de governo, no mínimo conivente com políticas racistas praticadas nos EUA, como a deportação de imigrantes, a manutenção do muro que separa os EUA do México e investigações ilegais da CIA e do departamento de polícia da cidade de Nova Iorque de atividades de lojistas e estudantes islâmicos na cidade, demonstrando na prática que os interesses políticos e econômicos são definidos pela classe e não por qualquer outra questão. Divisões como religião e cultura, ou esse mito artificialmente inventado "raça", não passam de cortina da fumaça para dividir a classe trabalhadora e ocultar que as políticas práticas tanto dos democratas quanto dos republicanos têm sido o fechamento de plantas de fábricas, a redução do número de vagas de empregos, a redução dos salários, os cortes nos direitos historicamente conquistados, os cortes nos gastos sociais de saúde e educação pública, a execução dos contratos de hipotecas permitindo que os mesmos bancos que produziram a crise tomem as casas dos trabalhadores que não podem mais pagar suas prestações por conta dela, ao mesmo tempo em que tanto republicanos quanto democratas despejam centenas de bilhões de dólares (trilhões já!) nos setores financeiro e industrial, sem exigir-lhes uma única contrapartida por essa doação.

O descontentamento e a percepção de que algo precisa ser feito já se manifestou no país, ainda que de forma um tanto desorganizada e expressa em programas e reivindicações confusos. O movimento Ocupy e seu slogan "Nós somos 99%" traz à ordem do dia a questão de uma sociedade dividida em classes, onde a classe que devora a maior fatia do bolo não ajuda nem preparar a massa, nem a assá-lo. Esse salto de consciência constitui inegável avanço, expresso na greve geral em Oakland em 2 de novembro do ano passado, com adesão de 30.000 trabalhadores de diferentes setores. Explicávamos já nessa data que esses acontecimentos deveriam impulsionar um trabalho mais organizado. E que o próximo passo deveria ser a ruptura das relações dos sindicatos com o Partido Democrata que representa os interesses de 1%, para que proletariado construísse seu próprio partido político de massas.

Da mesma forma, o ascenso dos servidores públicos e da juventude no estado de Wisconsin não foi devidamente aproveitado pelas lideranças sindicais locais, que vacilaram perdendo a oportunidade de organizar para além do setor público, explicando ao conjunto da classe que o ataque a alguns é apenas o primeiro passo de mais ataques a todos. Além do mais, a precarização dos serviços públicos, com cortes de pessoal e de investimento, é sentida diretamente pelos trabalhadores do setor privado, que fazem uso desses serviços como salário diferenciado, salário que retorna em forma de serviços após o pagamento dos impostos que incidem sobre uma fração dos lucros dos capitalistas, conquistados pela exploração dos trabalhadores. Os dirigentes deveriam explicar esse ataque a todos, chamando e organizando o conjunto da classe no intuito de revidar os ataques, até que o governador Scott Walker fosse colocado nas cordas, liquidando-o politicamente naquele estado e abrindo perspectivas e novas lideranças entre os trabalhadores durante o processo organizativo. Um revide iniciado pela manutenção das vagas de trabalho e direitos teria aberto a perspectiva de estendê-los a todos os trabalhadores, dos setores público e privado, uma excelente bandeira que uniria a todos em um combate de Frente Única, a melhor forma de obrigar os mais ricos a pagar pela crise que eles próprios produziram. Tal ato reverberaria além dos setores público e privado, até os trabalhadores não sindicalizados e informais, apontando a agulha da bússola na direção da organização e do combate a serem tomados por todos como as ações políticas eficientes.

Mas a vacilação dos dirigentes teve um preço alto. Ao não organizarem o conjunto, enfraqueceram a própria base e acabaram cedendo, o que refletiu no resultado das eleições locais, com 35% dos trabalhadores sindicalizados e 20% dos eleitores democratas votando em Walker. Ele contou com investimentos na ordem de U$$ 30,5 milhões em sua campanha, sendo 2/3 dessa quantia de apoiadores ricos de seu estado e 1/3 dela de apoiadores ricos de outros estados. Ao contrário dos trabalhadores mal orientados pelos seus dirigentes sindicais, a burguesia se uniu, pois sabia que a manutenção de seu projeto seria garantida com Walker se reelegendo governador. Como o candidato democrata apresentado como "opção" era Barrett, que apresentou uma proposta assumidamente contrária aos direitos dos

>> Continua na próxima página

trabalhadores, as opções regionais foram apenas um espelho em menores dimensões das eleições federais. Tanto democratas quanto republicanos não possuem alternativas para criar os empregos de qualidade ou prover acesso universal e gratuito à saúde e à educação, como todos os serviços públicos que os trabalhadores necessitam. Isso só poderá realizar um candidato com independência de classe, comprometido com as bases a partir dos sindicatos, já que tanto democratas quanto republicanos encontram-se impotentes em golpear os interesses dos grandes negócios e se voltam, invariavelmente, contra a classe trabalhadora, repassando a eles a conta do banquete para o qual nunca foram convidados, a não ser para servir os pratos e para lavar a louça.

O moral dos trabalhadores se elevará a partir de um revide que coloque na ordem do dia a possibilidade de vitória contra os patrões. Mas, para isso, devem contar apenas com as próprias forças, que não são poucas, porém desorganizadas, uma vez que seus tímidos dirigentes nunca se prepararam para as tarefas históricas que hoje se lhes apresentam. Que a aparente derrota no Wisconsin represente uma dura lição, desde que coloque as massas em movimento para os próximos passos, com independência de classe. Uma eleição local com vitória de um representante dos trabalhadores poderia ser um farol a guiar as embarcações de todos trabalhadores americanos em uma rota revolucionária, que se aproveitaria das correntes que impulsionam hoje o proletariado por todo mundo nas agitadas marés da luta de classes, ao invés de se lamentarem ao sentir o amargo sabor de encalhar na praia pela falta de opções reais que os dois partidos representantes da burguesia colocam para eles. Evitar que todos esses erros já cometidos se repitam no futuro, traçando uma estratégia clara baseada em linhas de classe, é o desafio de todos trabalhadores através de suas lideranças como Richard Trumka e os demais dirigentes da AFL-CIO e o "Mudar para Vencer"[1]. Deveriam, ao invés de buscar desculpas pela falta de opção eleitoral em um momento que cerca de 50% do eleitorado de Wisconsin declarou ter uma visão negativa dos dois partidos majoritários (democratas e republicanos), aproveitar o impulso do claro entendimento de que nenhum desses dois partidos defende seus interesses e mobilizar os milhões que constituem sua base para formar um partido de massa dos trabalhadores, com um programa fundamentado na independência de classe. Esta seria uma medida muito mais eficaz que as políticas conciliatórias, todas invariavelmente derrotadas em um processo que desmoraliza cada vez mais os trabalhadores.

Enquanto não tomam essa direção, fica cada vez mais difícil para os líderes do trabalho levar suas bases para votar. Depois de chamar o acordo de livre comércio da Colômbia de "profundamente desapontador e preocupante", o Presidente da AFL-CIO, Richard Trumka, deixou transparecer a pressão que está sobre ele: "quanto mais estas coisas acontecem, onde os interesses dos trabalhadores são subjugados a outros, mais há um efeito cumulativo, tornando-se mais difícil para nós energizar nossos membros para que se levantem em número necessário (para votar) no outono".

Apesar do diagnóstico correto, Trumka não tira dos fatos a conclusão necessária, que é um partido de massas dos trabalhadores. Estes não querem mais sair para votar em seus inimigos de classe. Enquanto ele chafurdar no lamaçal de argumentos como "olhem os outros candidatos", usado para chamar o voto nos candidatos democratas, se encontrará em dificuldades para convencer os trabalhadores a votarem em um partido cujos interesses são opostos aos seus. A conclusão óbvia é que entre os próprios trabalhadores devem surgir os "outros candidatos", porque só há duas classes sob o capitalismo e republicanos e democratas representam apenas uma delas, a burguesia.

Ante a crise do capitalismo que abala a economia e o trabalho nos EUA, tornam-se reivindicações transitórias para os trabalhadores, rumo ao socialismo, a luta por empregos e por saúde e educação universal e gratuita. Por isso mesmo, só poderão ser conduzidas com seriedade por candidatos responsáveis antes seus eleitores trabalhadores, ou seja, membros da mesma classe.

Como afirmou John Petterson em 18 de maio:

"A AFL-CIO já apoiou Obama, para o desespero de muitos de seus membros. Mas não é tarde demais. A AFL-CIO criou um novo super PAC, 'A Voz dos Trabalhadores'. Ao final de 2011, já tinha levantado $3,7 milhões. Mais milhões virão certamente. Estes recursos devem ser colocados para explicar a necessidade de um partido do trabalho baseado nos sindicatos e candidatos do trabalho. Isso inverteria dramaticamente o debate nacional nas eleições de 2012. Devemos trabalhar para levar esta mensagem para nossos sindicatos, companheiros de trabalho, comunidades, amigos, família, o Ocupar, os antiguerra, o movimento dos direitos dos imigrantes, e outras lutas."

Pois como ele mesmo já explicou em 2008, após a eleição de Obama:

"Estamos ainda vivendo sob o capitalismo, com tudo o que o engloba: desemprego, execuções hipotecárias, aumento de preços, racismo, milhões de cidadãos e trabalhadores de segunda classe, salários baixos, condições deteriorantes, infraestrutura apodrecida, e assim por diante.

A crise do capitalismo significa cortes, austeridade e instabilidade constante. Não há solução para a maioria dentro dos limites deste sistema. Não podemos esperar que um partido pró-capitalista execute políticas anticapitalistas. Armado com um programa socialista, um partido de massas do trabalho levantaria as bases não apenas para a 'esperança', mas para mudança real".

Dessa forma, aproveitando a declaração da AFL-CIO de que não mais apoiariam automaticamente ao Partido Democrata, no dia 14 de maio, Petterson escreveu uma "Carta a Trumka", felicitando-o em nome da campanha por um "Partido de Massa dos Trabalhadores" e dirigindo-se a este para que faça uso de sua autoridade e representatividade e convoque a constituição e organização dos trabalhadores em um partido de massas, sob a linha de independência de classe.

Nos últimos meses produziram-se alguns novos movimentos, ainda tímidos, nessa direção. Como o partido "Families First" da Carolina do Norte e o "Partido Trabalhador da Carolina do Sul", formados recentemente, indicando a direção correta a ser tomada, mas ainda muito pequenos e, consequentemente, aquém da tarefa necessária. Tarefa que é a constituição de um Partido dos Trabalhadores de massas, de alcance nacional, com delegações e membros em todos os estados e cidades do país, organizado com independência política para fazer a diferença no interesse dos trabalhadores.

Petterson dirige-se a Trumka, explicando que não basta que os democratas não contem como certos os votos ou apoio dos trabalhadores, quando milhões deles olham para os seus sindicatos e dirigentes, esperando uma indicação de em quem devem votar nas próximas eleições, conscientes que estão de que são a ampla maioria da população e mesmo assim seguem sem representantes ou voz real, na Casa Branca ou mesmo regionalmente. A única alternativa viável para eles é

>> Continua na próxima página

Crédito: Internet

Obama, o candidato do Partido Democrata, e Mitt Romney, o candidato do Partido Republicano.

a de um Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos, que dispõem de membros, recursos, vínculos e confiança dos trabalhadores e comunidades, para construir uma alternativa real a democratas e republicanos, que hoje representam indistintamente os interesses do grande capital e dos grandes negócios dos EUA.

Só um Partido dos Trabalhadores pode se colocar seriamente na luta por salários dignos e pelo direito de representação sindical para todos, além de lutar pelos direitos de acesso universal à saúde e educação, à moradia digna e com toda infraestrutura necessária, além da necessidade da revogação da lei Taft-Hartley[2] e de todas as demais leis antissindicais.

Somente um Partido dos Trabalhadores combateria o inflado orçamento militar, produzindo os cortes necessários e reorientando esses recursos no interesse social. Apenas um Partido dos Trabalhadores poderá organizar todos, segundo seu interesse de classe, promovendo a luta contra toda a discriminação e racismo, assim como toda e qualquer forma de preconceito religioso, de gênero ou orientação sexual, aprovando legislações que garantam salário igual para funções iguais e legalizando o ingresso no mercado de trabalho formal para todos os imigrantes hoje ilegais ou subempregados. Ao organizar todos os trabalhadores, o Partido impulsionaria também todos os desempregados, aposentados e a juventude em um verdadeiro movimento de massas pela reorientação das riquezas produzidas para o interesse comum, através do controle democrático dos trabalhadores de todas as indústrias e empresas, ao invés de apenas assumirem a posição defensiva de evitar cortes ou concessões de direitos que já eram considerados consolidados.

O Partido organizaria marchas e movimentos de massa por mais postos de trabalho e contra todos os tipos de cortes ou fechamento de vagas e plantas e poderia apresentar alternativas da estatização sob controle operário de todas as fábricas fechadas pelos proprietários burgueses quando estas não apresentam mais as mesmas altas taxas de lucros, o que leva esses capitalistas a reinvestirem seu capital em locais com maior flexibilidade na legislação trabalhista, visando manter seu lucro. O Partido pode agrupar milhões de trabalhadores, organizando-os para realizar a transformação radical da sociedade e o momento para isso é agora. Do contrário, podem as lideranças, ante o acirramento da luta de classes, permanecer paradas na estação da inação, a olhar o trem da história partir, deixando-as pra trás. Desde já, urge a construção de uma direção revolucionária, que ouse colocar todas essas questões na ordem do dia, explicando aos trabalhadores as tarefas imediatas que se lhes colocam, e organizando-os com as palavras de ordem corretas. A palavra de ordem correta têm hoje os camaradas da CMI, que se dirigem aos líderes sindicais para que se empenhem "por um partido de massa dos trabalhadores". Se esses dirigentes permanecerem na estação da inação, serão inexoravelmente ultrapassados pela história e atropelados nos trilhos da ineficiência, pois como disse Leon Trotsky no Programa de Transição: "As leis da história são mais fortes que os aparatos burocráticos".

Certamente, a construção de um partido de massas dos trabalhadores nos EUA. será saudada pela classe em todo o mundo, colocando a perspectiva aos trabalhadores de erguerem mais alto suas cabeças em resgate de sua dignidade, exatamente quando os ataques da burguesia se tornam cada vez maiores, mais intensos e violentos, porque seu objetivo é colocar os trabalhadores de joelhos ou mesmo quebrar as suas pernas imobilizando-os, com absurdos planos de austeridade e cortes. Nesse longo período de acirramento da luta de classes, cada batalha colocará a ocupação de nova trincheira para os trabalhadores ou para sua classe inimiga. Nessa arena, os camaradas da CMI nos EUA. apontaram claramente o que deve ser feito pelas lideranças dos trabalhadores. Estes testarão seus dirigentes a cada novo desafio, mas sua paciência tem limites; a história já demonstrou que a maleabilidade do ser humano não é infinita e com ou sem essas lideranças, os trabalhadores lutarão por seus interesses. Se armados com um partido de massas e dotados de um bom programa, a vitória será mais rápida. A solução dos problemas da crise econômica é mundial, assim como a crise do capitalismo tem dimensões que ultrapassam as fronteiras dos EUA. Mas consolidar vitórias da classe trabalhadora nesse país através de sua organização independente será um empuxo que transformará as atuais vagas revolucionárias dos povos árabes e europeus no grande tsunami que se espalhará pelas Américas e Ásia até varrer a classe parasitária burguesa definitivamente para a lata de lixo da história, inscrevendo o fim da pré-história da barbárie capitalista como o primeiro capítulo da história universal para todos os seres humanos, onde todos poderão se colocar diante de tarefas históricas, porque não mais rebaixados pelos grilhões da exploração capitalista às condições sub-humanas de meramente suprir necessidades básicas animais para sua sobrevivência e, assim, finalmente desenvolver na plenitude todos os potenciais humanos, como nunca em qualquer outro momento da história da humanidade.

**Mário é musico e dirigente da EM*

A grande batalha de Belo Monte

Por Andreas Maia

Crédito: wordpress

Manifestação indígena contra a construção da barragem

No coração da floresta amazônica, no Rio Xingu, Estado do Pará, uma guerra já começou. É a guerra contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte que opõe de um lado, a obstinada política da presidente Dilma Rousseff, aliada das grandes empreiteiras, empresas mineradoras e dos interesses do imperialismo na região, e de outro, os povos e nações indígenas do Xingu, os povos ribeirinhos e da floresta, assim como a comunidade científica brasileira, as organizações ambientais brasileiras e internacionais e militantes de diferentes partidos e organizações populares que lutam para preservar o ecossistema do Xingu, onde a vida das nações indígenas e das comunidades populares são os componentes mais importantes.

A resistência contra a construção da Usina de Belo Monte se transformou no grande símbolo de defesa da floresta amazônica e da vida dos seus povos. Enquanto que o governo Dilma propaga aos quatro ventos que Belo Monte é necessária para o desenvolvimento do país e impedir o "apagão" elétrico e que os índios e os ambientalistas são contra o progresso, a realidade, escondida do "cidadão comum" que vive nos grandes centros urbanos, é bem diferente.

Conforme denunciou a jornalista Eliane Brum, da revista Época, em outubro do ano passado:

"O governo federal publicou um pacote de sete portarias ministeriais com o objetivo de "destravar a concessão de licenças ambientais no país para acelerar grandes empreendimentos, como rodovias, portos, exploração de petróleo e gás, hidrelétricas e até linhas de transmissão de energia". Ou seja: o governo caminha para anular as conquistas socio-ambientais obtidas na redemocratização do país.

Dias antes, em 26 de outubro, o Senado havia aprovado um projeto de lei que retira o poder do IBAMA para multar crimes ambientais, como desmatamentos. Se não for vetado pela presidente, o poder de multar passará para estados e municípios, sujeito às pressões locais já bem conhecidas. A aprovação do projeto aconteceu quatro dias depois de mais um assassinato no Pará: João Chupel Primo, mais conhecido como João da Gaita, foi morto com um tiro na cabeça, depois de denunciar ao Ministério Público Federal, em Altamira, uma rota de desmatamento ilegal na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio e na Floresta Nacional Trairão, área do entorno de Belo Monte. Como de hábito, o Congresso decide os rumos do país desconectado com o que acontece na vida real para além do aquário brasiliense".

A jornalista ainda acrescenta:

"No momento histórico em que recursos como água e biodiversidade se consolidam como o grande capital de uma nação, o Brasil, um dos países mais beneficiados pela natureza no planeta, corre em marcha ré".

As comunidades do Rio Xingu, especialmente as diversas etnias indígenas, têm muitos motivos para se preocuparem e combaterem a construção da Usina. Está em jogo o futuro das tribos indígenas no Xingu, sua cultura, suas tradições e seus estilos de vida. A obra, que por si só vai provocar uma devastação sem precedentes na região da estrada Transamazônica e no entorno do Rio Xingu, é um "cavalo de Tróia", a porta de entrada de um programa de construção de várias usinas hidrelétricas na Amazônia. Belo Monte é uma obra prioritária do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) cujo motivo velado, não revelado ao povo brasileiro, que está sendo enganado com a história de "apagão", consiste em fornecer energia elétrica para as indústrias de alumínio no Maranhão, grande consumidora de energia, de propriedade da empresa norte-americana ALCOA, devidamente instalada nas terras da "capitania hereditária" do senador José Sarney, o grande aliado dos governos Lula-Dilma.

>> Continua na próxima página

Um conflito que não para de crescer

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte faz parte do complexo hidrelétrico do Xingu, concebido no final da ditadura militar pela Eletronorte, a ser implantado a partir das usinas de Babaquara e Kararaô (agora Belo Monte). O projeto foi elaborado por uma subsidiária da empreiteira Camargo Correa. Os próprios responsáveis pelo projeto, na época apontaram em um relatório um grande número de impactos ambientais e sociais. O projeto teve grande oposição das comunidades indígenas do Xingu. O Instituto Socioambiental descreve, no histórico sobre Belo Monte, o clima de revolta no Xingu e que levou a Eletronorte a desistir do empreendimento:

"Em 1989 foi realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro, em Altamira (PA). Patrocinado pelos Kaiapó, conta com a participação da equipe do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) desde o início dos preparativos até a implantação, realização e avaliação do encontro. Seu objetivo é protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting. Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que significa grito de guerra em Kaiapó - receberia um outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. O evento é encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil."

O governo Lula, desconsiderando tudo que havia dito na campanha eleitoral sobre a Amazônia e o Xingu, em 2003 decide retomar a obra, desconsiderando a opinião da população indígena, dos povos ribeirinhos e dos ambientalistas que criticavam duramente o projeto. Em meio a um imbróglio envolvendo a justiça, o IBAMA, o governo do Pará, a obra segue no impasse.

Em maio de 2008 acontece o Encontro Xingu Vivo para Sempre, que reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu: a construção prevista da usina de Belo Monte, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A mobilização ocorre 19 anos depois do I Encontro de Povos Indígenas, realizado em Altamira, que reuniu três mil pessoas - 650 índios - para protestar contra a construção já prevista de cinco hidrelétricas no Rio Xingu, Belo Monte entre elas. Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço. Após o evento, o Movimento divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação.

Eleito em 2010, o governo Dilma Rousseff, uma coligação do PT com os partidos da burguesia, especialmente o PMDB, tendo como grande aliado o senador José Sarney, o oligarca "dono" do Maranhão e de forte influência na Eletronorte resolve transformar Belo Monte em obra prioritária do PAC.

Depois de tumultuado processo de concessão para construir Belo Monte é formado o Consorcio Norte Energia S.A. (NESA), composto por empresas estatais, empreiteiras privadas e fundos de pensão. O começo das obras é marcado por uma grande tensão na região. Abre-se um processo de constantes manifestações contra a usina.

Diversos representantes de povos indígenas (Arara, Guarani, Juruna, Kaiapó, Xavante, Xipaia, Xicrin e Yanomami) presentes lançam um manifesto, denunciando o descaso do governo federal. O texto fala de 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto de Belo Monte e conclui com a mensagem de que o Rio Xingu pode virar um "rio de sangue".

Por sua vez, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) envia ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O documento descreve o processo unilateral e atropelado do licenciamento e a violação do direito de consulta prévia, confirmando o descaso do governo brasileiro e a falta de diálogo com os povos indígenas sobre Belo Monte.

Por duas vezes o canteiro de obras foi ocupado pelos indígenas. Manifestantes ambientalistas foram presos pela Polícia Federal e ameaçados de processo pela ocupação pacífica das instalações de Belo Monte. A NESA com o intuito de criminalizar o movimento acusa os manifestantes de "depredarem" as instalações da obra, sem apresentar nenhuma evidência disso. O Movimento Xingu Vivo vem denunciando que advogados na NESA estão exigindo dos povoados ribeirinhos a desocupação de suas casas e terras sob ameaça de prisão.

Uma obra desnecessária para o Brasil

Em fevereiro de 2003, o Brasil tinha 1220 empreendimentos, com uma potência instalada de 82,4 mil MW. Grande parte desse total é fornecida por usinas hidrelétricas (64,2 mil MW), segundo dados publicados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com a crise no abastecimento de energia elétrica, em 2001, empreendimentos voltados à expansão da potência instalada do país passaram a ser novamente priorizados. Prova disso é a Medida Provisória (MP) 2.198-5, conhecida como a MP do

>> Continua na próxima página

Apagão, de junho de 2001, que estabeleceu prazos curtíssimos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos do setor elétrico de baixo impacto ambiental, sem que esta definição tenha ficado clara para os ambientalistas.

É neste contexto que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte voltou à cena, uma vez que 63% do potencial hidrelétrico do Brasil, estimado em 260 mil MW, está concentrado na Amazônia e boa parte deste percentual no Pará. A transformação dos rios brasileiros em megawatts é recorrente. Já o fato de a construção de usinas hidrelétricas no país ter provocado a inundação de mais de 34 mil km2 e o deslocamento compulsório de cerca de 200 mil famílias, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é pouco lembrado ou citado.

"Enquanto a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma forma energética limpa, renovável e barata, e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que populações ribeirinhas, entre outros, tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência", aponta o especialista em energia Célio Bermann, professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da Coordenação do Programa Brasil Sustentável e Democrático. "Mesmo que no Brasil seja oficialmente considerada uma fonte de energia limpa, nos Estados Unidos e na Europa as usinas hidrelétricas são avaliadas como um tipo de tecnologia cara e destrutiva ao meio ambiente", informa Glenn Switkes, da International Rivers Network (IRN).

O governo brasileiro descartou outras alternativas, viáveis, mais simples, como as pequenas centrais hidroelétricas, as micro usinas, proposta que existe há mais de 40 anos e nunca foi implantada além das usinas eólicas, cujos projetos já existem aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Os motivos para este descaso e para a obstinada proposta das "grandes obras" são políticas. Trata-se aqui de contemplar a base política burguesa aliada do governo, especialmente as grandes empreiteiras.

Em entrevista na grande imprensa, Célio Bermamn, que já foi assessor do governo Lula e da Dilma põe o dedo na ferida:

Crédito: candidoneto.blogspot.com

Tropas da Força Nacional protegem empresas construtoras

"A governabilidade foi encontrada através de uma aliança que mantém o círculo de interesses que sempre estiveram no nosso país. É a mesma turma que continua na área energética. E isso é impressionante. A população não participa do processo de decisões. Não existem canais para isso (...)

Por isso que eu falo que não é o governo Lula, é o governo Lula/Sarney. E agora Dilma/Sarney. Constituiu-se um amálgama entre os interesses históricos do superfaturamento de obras, sempre falado, nunca evidenciado. Não se trata de construir uma usina para produzir energia elétrica. Uma vez construída, alguém vai precisar produzir energia elétrica, mas não é para isso que Belo Monte está sendo construída. O que está em jogo é a utilização do dinheiro público e especialmente o espaço de cinco, seis anos em que o empreendimento será construído. É neste momento que se fatura. É na construção o momento onde corre o dinheiro. É quando prefeitos, vereadores, governadores são comprados e essa situação é mantida. Estou sendo muito claro ao expor a minha percepção do que é uma usina hidrelétrica como Belo Monte."

O que o professor Célio Bermann declarou é o que se vem falando desde o governo Lula: a governabilidade é mantida para garantir os interesses da burguesia. O PAC é um grande programa, não de desenvolvimento do país, mas de enriquecimento privado à custa dos interesses do povo brasileiro.

Belo Monte não pode ser construída

O capitalismo não pode desenvolver o Brasil. É senil, é podre, é uma gangrena social. Representa o passado, mas não tem como abrir qualquer futuro para o país. Que futuro a implantação deste complexo hidrelétrico reserva aos povos indígenas? A destruição de suas comunidades, suas culturas, suas tradições. A NESA está agora dando "presentes" às tribos do Xingu no sentido de comprar a consciência das nações indígenas. Carros, lanchas, aparelhos eletrônicos e todo tipo de "mercadoria" em um claro processo de destruição da comunidade das tribos, um verdadeiro crime contra a humanidade. O que se está oferecendo aos povos do Xingu é a desagregação social, a criminalidade, a prostituição, o alcoolismo e a miséria. É no que está se transformando a cidade de Altamira, vizinha à obra de Belo Monte e que vai atingir de uma forma ou de outra as comunidades indígenas.

O povo brasileiro, a classe trabalhadora, a maioria da população precisa saber o que está acontecendo. É por isso que as organizações do movimento operário e popular, os sindicatos e as centrais sindicais e todas as organizações políticas comprometidas com a luta dos trabalhadores devem esclarecer e denunciar o que está sendo feito em Belo Monte. É necessário buscar uma ampla unidade popular no sentido de criar as condições para barrar o prosseguimento dessa obra criminosa.

** Andreas é militante da EM e do PT*

Entrevista sobre a redução da área da Floresta Nacional Jamanxim

Crédito: Internet

Gado onde era floresta

O Jornal Luta de Classes entrevistou Flávio Almeida Reis, militante da Esquerda Marxista, mestrando em geografia pela UFF. Sua pesquisa conta com a orientação do professor Carlos Alberto Franco da Silva que possui extensa contribuição sobre agronegócio no Cerrado e na Amazônia.

Jornal Luta de Classes- Conte-nos sobre os conflitos na Floresta Nacional Jamanxim?

Flávio Almeida Reis- Sua criação foi resultado da mobilização dos movimentos sociais pela proteção das florestas ameaçadas com a expansão do agronegócio na Amazônia. Fenômeno que substitui paisagens naturais por paisagens tecnificadas por onde chega a fronteira agrícola corporativa.

Em 2006, Lula criou oito unidades de conservação no sul do Pará. Num total de 6,4 milhões de hectares no entorno da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Essa área corresponde a duas vezes o tamanho da Bélgica ou à soma dos estados do Rio de Janeiro e Sergipe. Dentre as unidades criadas temos a Flona Jamanxim, com 1,3 milhões de ha.

Hoje os movimentos sociais denunciam que Jamanxim está sob pressão do agronegócio do tipo mais mafioso (grilagem, pecuária ilegal, extração de madeira ilegal, queimadas, etc.). O Estadão (15/07) anunciou que o Governo estuda tirar um pedaço da Flona de até 1/3 da sua área, ou seja, três vezes a cidade de São Paulo. E ninguém do Governo desmentiu a reportagem. Apenas anunciaram formalmente que outras unidades próximas perderão áreas devido a inundação por lagos de hidrelétricas.

Essa situação evidencia a pressão dos ruralistas ao Governo Dilma em reação ao sucesso dessas áreas protegidas. E o problema é que Dilma está cedendo às pressões, assim como no recente episódio em que se recusou a vetar integralmente a famigerada reforma do Código Florestal.

JLC- Qual é a importância da pavimentação da BR-163 e do PAC para os interesses do agronegócio?

Flávio- Precisamos lembrar que este é o principal projeto do PAC na malha rodoviária brasileira. Seu objetivo é viabilizar um corredor para o escoamento da soja produzida nos chapadões mato-grossenses em ligação direta com o Porto da Cargill em Santarém. Um projeto que pretende inverter o fluxo de transporte destas commodities que hoje precisa descer até o porto de Paranaguá ou Santos para depois seguir para a Europa. Estas empresas valorizariam mais seu capital com a redução do tempo de transporte de suas mercadorias. Além do fato da BR-163 abrir novas frentes para instalação de seus empreendimentos.

Vejo que esta e outras intervenções do PAC na Amazônia reforçam a condição agroexportadora da economia brasileira. O que é muito perigoso, pois significa dizer que o Governo atende as demandas de um modelo agrícola excludente, predador do meio ambiente e concentrador de terra e de renda. Assim como as políticas agrícolas do Brasil-Colônia atendiam aos interesses das plantations, hoje o PAC moderniza a infraestrutura para expansão e consolidação do agronegócio no Cerrado e na Amazônia. E destaco ainda que as principais empresas do setor são multinacionais.

JLC- Como você avalia a posição de Marina Silva?

Flávio- Por um lado Marina foi protagonista da criação do mosaico de unidades de conservação que blindaram o entorno da BR-163. Mas, por outro lado, ela prestou enorme desserviço criando o Instituto Chico Mendes, o que fez com que as Unidades de Conservação saíssem da gestão do IBAMA. Também foi responsável por privatizar as Florestas Nacionais, através da Lei de Gestão de Florestas Públicas. E, hoje, Marina defende que o governo deve implantar "projetos de desenvolvimento sustentável" em Jamanxim através do Serviço Florestal Brasileiro (Folha 20/07). Isso quer dizer que ela defende o modelo da Flona Jamari (RO) onde um consórcio de empresas madeireiras explora a floresta para a "sustentabilidade" dos seus lucros privados. Ou seja, contra a exploração ilegal da Amazônia Marina só tem a oferecer a privatização do nosso patrimônio.

JLC- Quais medidas podem ser cobradas de Dilma para garantir a integridade dessas áreas e solução dos conflitos?

Flávio- Precisamos compreender que a agropecuária capitalizada na Amazônia não avança em terras "vazias" e "sem homens". Estas são terras de índios e camponeses onde há séculos, sem prejuízo à Floresta, praticam pecuária extensiva, lavoura de sustento ou ditas agriculturas "tradicionais". As decisões sobre áreas protegidas precisam incluir estas comunidades no processo decisório e excluir os grileiros, e não o contrário. Passa também por punir rigorosamente os crimes ambientais e garantir o direito aos ocupantes legítimos.

JLC- Alguma consideração final?

Flávio- Deixo aqui algumas sugestões para as lutas presentes e futuras: seguir com nossa incansável luta pela reforma agrária, que está paralisada. Dilma deve romper com os modelos que privilegiam o agronegócio e os latifúndios, estes apenas aprofundam a transformação do país em uma imensa plataforma de produção de matérias primas em benefício do imperialismo. Devemos exigir que a presidente se alie aos camponeses pobres, aos trabalhadores da cidade e rompa com os capitalistas. A planificação e a sustentabilidade apenas poderão se realizar quando a sociedade for dirigida por aqueles que produzem toda a riqueza, os trabalhadores das cidades e do campo, em uma sociedade socialista.

A crise na Europa e suas consequências no Brasil

Crédito: Bira Dantas

Deixem comigo: pare onde está!

*Alex Minoru
alexminoru@yahoo.com.br

A crise econômica na Europa desenvolve-se em ritmo desigual nos diferentes países do continente, mas todos estão envolvidos, assim como toda a economia mundial sofre com abalos por ela provocados.

A crise tem seus impactos mais fortes primeiramente nos elos mais fracos da zona do euro. A Grécia é o exemplo mais evidente, a dívida pública do país chegou a 165,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011. Uma dívida impagável, cuja conta está sendo jogada nas costas da classe trabalhadora grega. Os pacotes de resgate da Troika (União Europeia, FMI e Banco Central Europeu) vêm acompanhados de exigências de austeridade, o chamado memorando, impondo privatizações, demissões de funcionários públicos, rebaixamento dos salários, cortes de direitos, entre outros ataques que já foram amplamente citados e detalhados em artigos anteriores de nosso jornal e de nossa página na internet (www.marxismo.org.br).

A Grécia está acompanhada por Irlanda e Portugal em sua crise, dois países também considerados periféricos na zona do euro. Espanha e Itália seguem na fila dos países enfermos rumo à UTI. Todos com orçamentos deficitários. A Espanha, que tinha um orçamento superavitário em 2,4% do PIB no ano de 2006, iniciou uma queda fulminante a partir de 2008 e em 2011 o orçamento fechou deficitário em 8,5% do PIB.

A Espanha tem uma economia maior que Irlanda, Portugal e Grécia juntos. A Itália é um dos países centrais da zona do euro. O aprofundamento da crise nesses países trará graves consequências para a zona do euro e para a economia mundial.

O euro tornou-se um fator que potencializa a crise na Europa, ao colocar sob uma mesma moeda economias completamente distintas. O euro acaba impedindo medidas como a desvalorização da moeda local nos países em crise, o que poderia dar novo fôlego a essas economias. Para salvar o euro, a receita tem sido mais e mais austeridade, com a consequente intensificação da luta de classes. Por outro lado, o fim do euro causaria um colapso na economia europeia. A burguesia não sabe para onde correr.

Mas o problema original dessa crise econômica não está simplesmente no endividamento dos países ou nos orçamentos deficitários. A crise que eclodiu em 2008 foi claramente desencadeada por uma crise de superprodução, onde o capitalismo se utilizou do crédito fácil para aumentar a demanda e da especulação para aumentar os ganhos, gerando uma bolha de crédito que encontrou seu limite em 2008. Os Estados injetaram montanhas de dinheiro público para salvar os bancos privados, aqueles que ficaram conhecidos como "grandes demais para quebrar". A dívida pública, que hoje corrói os orçamentos dos países, teve uma elevação considerável a partir justamente de 2008. A crise atual, portanto, nada mais é do que a continuação da crise anterior. É a crise do sistema capitalista.

A resistência da classe trabalhadora europeia

Os trabalhadores e a juventude na Europa têm dado demonstrações de sua força resistindo aos pacotes de retiradas de direitos e à queda em seus padrões de vida com mobilizações de massa.

>> Continua na próxima página·

A taxa de desemprego na Espanha chega a 25%, tendo mais da metade da juventude desempregada. Na Grécia, o desemprego chegou a 22,5% da população economicamente ativa, tendo também metade dos jovens de 15 a 24 anos em busca de emprego.

A expressão da resistência da classe trabalhadora europeia também se dá no terreno eleitoral. Exemplo disso foi o crescimento dos votos na Frente de Esquerda na França, encabeçada pelo Partido Comunista, que recebeu 15% dos votos em abril numa campanha de massas. Mesmo a vitória de François Hollande, do Partido Socialista, obrigado a fazer um discurso mais à esquerda pra derrotar Sarkozy no segundo turno francês, foi um exemplo disso.

Na Grécia, o extraordinário crescimento de Syriza demonstra o descontentamento da população com a política de austeridade e a rejeição ao reformismo e a submissão ao capital do PASOK, o Partido Socialista, e o sectarismo do KKE, o Partido Comunista. Os dois foram os grandes derrotados na última eleição em junho.

Na Espanha, a greve dos mineiros tem empolgado toda a classe trabalhadora espanhola que tem dado grandes demonstrações de solidariedade.

A crise vai prosseguir, aumentarão os ataques aos trabalhadores que estarão obrigados a pagar por ela ou lutar. Os trabalhadores europeus têm tirado conclusões revolucionárias da atual situação. Os próximos capítulos serão de provável intensificação da luta de classes na Europa.

E o Brasil?

Na crise de 2008, o governo Lula começou falando que o Brasil estava blindado da crise, depois disse que o que ia chegar aqui era uma "marolinha" e, quando os efeitos vieram com força, jogou a culpa nos países ricos e chamou o povo brasileiro a comprar, comprar e comprar.

Agora, depois do crescimento econômico em 2010 e 2011 e de uma intensa propaganda de um novo milagre econômico brasileiro as ilusões começam a desmoronar e o país a se dar conta de sua situação como participante de segunda classe na economia mundial, sua condição de país semicolonial submisso aos interesses dos países imperialistas.

A produção industrial reduziu 3,8% no primeiro semestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2011. Em relação ao ano de 2011, a produção industrial por 10 meses consecutivos segue em queda.

Os efeitos já começam a afetar a classe operária. A indústria automobilística é quem dá os primeiros sinais. A Volkswagen de Taubaté abriu um PDV (Programa de Demissão Voluntária) em julho. Em abril, a Scania de São Bernardo do Campo já havia aberto um PDV, concluído com 100 demissões. A Volvo de Curitiba demitiu 208 trabalhadores em julho.

A planta da Mercedes no ABC suspendeu o contrato de 1500 trabalhadores em junho. Com isso, por no máximo 5 meses, a empresa deve dar cursos de reciclagem e os trabalhadores recebem parte do salário pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a empresa deixa de recolher para a previdência (INSS) e de depositar o Fundo de Garantia (FGTS).

A MAN, fabricante dos caminhões e ônibus da Volkswagen, suspendeu em julho o contrato de 270 operários da fábrica de Resende, no Rio de Janeiro.

Em São José dos Campos, a GM decidiu fechar um setor do complexo industrial e diz ter 1840 funcionários excedentes. Os operários fizeram greve de 24h contra as demissões e logo depois a GM deu licença para todos os funcionários para intimidar a mobilização.

Em 4 de agosto, o Sindicato dos Metalúrgicos filiado à Conlutas negociando com a GM de São José, chegou a um acordo que suspende o contrato de 940 funcionários e abre um PDV para os 7,5 mil funcionários do complexo industrial. A mesma GM já havia aberto um PDV concluído em junho com a demissão de 186 funcionários.

Centrais sindicais, incluindo a CUT, têm discutido uma proposta de um fundo anticrise no qual as suspensões do contrato de trabalho, como as feitas pela GM, Mercedes e MAN, tenham o atual prazo de 5 meses prolongado para 2 anos, como ocorre na Alemanha. O caso é que, apesar de evitar demissões imediatas, essa suspensão significa desoneração para os industriais (INSS e FGTS) e a parte do salário paga pelo FAT vem de recursos públicos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os sindicatos deveriam se unir e exigir do governo um decreto que garanta a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, mantendo assim as obrigações dos patrões pela manutenção dos empregos. Empresas que não garantissem a estabilidade no emprego deveriam ser estatizadas e colocadas em funcionamento sob controle dos trabalhadores.

Perspectivas

O maior importador de produtos brasileiros é a China, principalmente de commodities, ou seja, matérias-primas. A economia chinesa, apesar de manter um crescimento acima da média, começa a desacelerar. Por seis trimestres consecutivos tem ocorrido essa desaceleração. O crescimento do PIB no ano passado foi de 9,2%, nesse ano a previsão do FMI é de um crescimento de 8%. Números abaixo do crescimento de dois dígitos vistos nos anos anteriores.

O aprofundamento da crise na Europa tem consequências diretas sobre a China que não tem um mercado interno forte, apesar de ser um país populoso. A economia chinesa sofre uma dependência do humor da economia dos países imperialistas. Uma desaceleração na China, por consequência, causará efeitos negativos na economia brasileira. O fato é que a economia é global e não existe país imune à crise do sistema capitalista.

Se a Europa está sacudida por instabilidade e mobilizações de massa, no Brasil, apesar de importantes greves e mobilizações, como a greve dos servidores federais, a situação geral é de continuidade do equilíbrio precário que temos tido nos últimos anos, a aprovação de 75,6% de Dilma é um sintoma disso.

Entretanto, no horizonte podemos ver nuvens carregadas se aproximando. O céu azul para os reformistas vai acabar. O crescimento econômico, o oxigênio para manterem vivas as ilusões dos trabalhadores no capitalismo, está ficando cada vez mais escasso. Os trabalhadores brasileiros, apesar de suas direções estarem tentando conter e desviar as lutas, não aceitarão tranquilamente uma nova onda de demissões em massa e retirada de direitos. A intensificação da luta de classes no Brasil também se avizinha.

O governo planeja um novo pacote pra enfrentar a crise que inclui mais benefícios aos patrões e mais cortes para os trabalhadores. Entre as medidas que estão sendo gestadas está um pacote de privatizações, uma nova reforma da previdência que aumenta a idade da aposentadoria e novas desonerações para as grandes empresas.

A CUT deveria convocar verdadeiramente os sindicatos e suas bases a se organizarem e a se mobilizarem contra os cortes, contra os benefícios para os patrões e pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores. A luta, com a chegada da crise econômica, deveria começar por exigir do governo medidas que garantam a estabilidade no emprego, a estatização de empresas que realizarem demissões em massa e proibição de remessas de lucro para o exterior, que é o que as multinacionais fazem para salvar suas matrizes. Uma linha de combate com esse eixo seria um primeiro passo importante para avançarmos nas mobilizações e impedirmos os ataques que a burguesia prepara.

**Alex é dirigente da Esquerda Marxista*

Drogas: Instrumento de destruição da juventude, pilar de sustentação do capitalismo

(Primeira parte)

A defesa da legalização das drogas não é a mesma coisa que defender a descriminalização para os usuários. O Estado burguês utiliza a legalização no sentido de manter a dependência e os lucrativos negócios do tráfico. Os marxistas combatem para que os usuários sejam tratados pelo serviço de saúde. A legalização das drogas só agravará o crescente estado de destruição de nossa juventude e ao mesmo tempo ajudará a manutenção de um dos negócios mais lucrativos do capitalismo. Somos pelo fim do capitalismo. Apenas a eliminação da exploração poderá acabar com o narcotráfico. O socialismo libertará a humanidade e dará à juventude todas as condições para seu pleno desenvolvimento. As drogas servirão à medicina e à ciência!

O texto de Ramirez trata com clareza e profundidade essas questões.

*Fábio Ramirez
fabioramirez.com@gmail.com

O consumo de drogas se tornou uma epidemia que afeta principalmente a juventude. Nunca houve nas ruas tantas drogas. Isso tem criado uma situação de calamidade na saúde pública, levando à morte milhares de jovens. Ao mesmo tempo, as drogas, principalmente as ilegais, se tornaram um lucrativo e poderoso pilar de sustentação do capitalismo, seja pelo rentável negócio que movimenta bilhões e financia máfias e a corrupção, seja pelo papel social desempenhado, de arma e ataque contra a classe trabalhadora que luta para se organizar de modo consciente.

Frente à barbárie que é o consumo de drogas e suas consequências para a sociedade, as organizações de esquerda, intelectuais, igreja e o Estado, têm proposto diferentes caminhos para resolver o problema. Desde a liberação do consumo até o reforço policial na repressão. Já os marxistas combatem pelo fim das drogas e contra sua liberação e pelo fim do Estado Burguês. Vejamos qual o papel econômico e social das drogas.

Crédito: : theconspirate.blogspot.com

O abandono da juventude na "Cracolândia" em São Paulo

A função social das drogas

Para os marxistas a questão das drogas não pode ser abordada de um ponto de vista moral como fazem as igrejas, nosso combate contra as drogas não é pela ética e defesa da lei burguesa, parte sim da teoria marxista e de suas bases operárias, para a ação das forças revolucionárias pela emancipação dos trabalhadores.

O combate dos revolucionários contra as drogas é fruto da análise do papel social que elas cumprem na e para a destruição e aniquilamento de amplas parcelas da humanidade.

As drogas que afetam o discernimento, o comportamento, a percepção e o estado de ânimo não possuem o mesmo papel que, por exemplo, o tabaco (por mais nocivo que essa droga seja para a saúde).

As drogas, nas suas formas legal e ilegal, são parte de uma ação organizada de destruição da juventude operária e da classe trabalhadora. Instrumento utilizado pelo imperialismo para desmontar as organizações dos trabalhadores, destruir a consciência de classe e qualquer tentativa de luta que possa se desenvolver na juventude trabalhadora. Basta observarmos o papel desempenhado pelo crack nas regiões pobres, especialmente com a juventude negra nos EUA, ou observarmos o que essa droga tem causado nos grandes centros urbanos do Brasil: destruição em massa da juventude, colocando-a em situação de Lumpen (desprovida de qualquer tipo de princípio, estado de espírito que não se restringe apenas a uma classe social) sem condição alguma de interpretação da realidade e de interferência no destino de sua própria vida.

As drogas destroçam os jovens transformando-os em dependentes de seu próprio vício, chegando a um estado de paralisia, sem qualquer chance de organização consciente para enfrentar a opressão da sociedade de classes. Hoje existem milhares de jovens que por conta das drogas se tornaram seres quase sem relações sociais, que muitas vezes chegam a um estado praticamente vegetativo, totalmente enfermo.

A droga é uma arma utilizada pela burguesia na luta de classes

Tomemos um exemplo prático: nos anos 60 se desenvolvia nos bairros negros dos EUA uma grande resistência contra a opressão aos trabalhadores, dando lugar à criação de organizações como o Partido dos Panteras Negras. O Departamento de Estado dos EUA combinou a repressão contra esse movimento com a introdução massiva de heroína barata (crack) nos bairros periféricos de todo o país (precisamente a mesma heroína que a CIA comprava dos seus aliados do Triangulo de Ouro - Laos, Myanmar y Tailandia). Assim, o imperialismo conseguiu destruir a organização e a capacidade de mobilização dos trabalhadores negros, e por outro lado, prosseguiu a destruição física e moral de toda uma geração. A massificação do crack, planejada pela CIA, propiciou uma das condições básicas para a derrota do fabuloso movimento dos Panteras Negras.

Como militantes operários, temos a tarefa de defender a nossa classe contra esse massacre organizado, seja pela exploração, repressão ou pela introdução das drogas como instrumento para calar a mobilização social e destruir a juventude trabalhadora.

>> Continua na próxima página·

Esse método de destruição é utilizado não só nos EUA, mas em todo o mundo

O álcool também já foi utilizado como arma de guerra. A dominação colonial das grandes potências sobre os povos indígenas teve na disseminação do uso do álcool um de seus meios para o extermínio. A destruição pelo alcoolismo foi utilizada amplamente pelos colonizadores contra os indígenas nos EUA e em toda a América.

A disseminação das drogas tem como consequência a destruição dos trabalhadores e suas formas organizativas. Os militantes operários devem abordar o problema das drogas no terreno da defesa de direitos e conquistas, defesa de sua existência como classe, incluindo aí sua própria saúde. A droga é contrarrevolucionária, uma arma de ataque contra a classe operaria e em especial à juventude operária.

As drogas legais

As drogas ditas legais, muitas vezes são tão ou mais nocivas que algumas drogas ilegais. Do ponto de vista da saúde pode-se considerar que o cigarro é mais maléfico que a maconha, no entanto, o cigarro e a bebida (drogas legais) possuem um papel social totalmente diferente do que tem hoje a maconha ou o crack.

As bebidas e o cigarro são socialmente tolerados, embora também sirvam como instrumentos de destruição da classe trabalhadora. Sua combinação com as drogas ilegais potencializam ainda mais a destruição. Os revolucionários russos em vários momentos fizeram campanhas e chegaram a proibir o uso do álcool. Fizeram isso conscientes de que sem estas medidas teriam maiores dificuldades para erguerem a economia planificada e socialista. Os operários conscientes os apoiaram! Ao contrário disso, a lei seca nos EUA foi na verdade um grande negócio para as gangs e máfias associadas aos capitalistas e fabricantes de bebidas. Isso é bem diferente da proibição realizada pelo Estado Soviético antes do advento stalinista. Apenas um moralista pequeno burguês não consegue entender essas simples diferença. Sou contra as proibições, logo sou contra qualquer proibição realizada por qualquer Estado, assim pensa uma anarquista míope!

Defendemos que os consumidores de qualquer droga, seja de bebidas alcoólicas, de cigarros ou de outras drogas consideradas ilegais, sejam tratados como casos de saúde pública, como medida de transição que só o regime socialista pode realizá-la até o fim. Não temos nenhuma ilusão de que o Estado Burguês possa cumprir esse papel. Só as massas revolucionárias, tomando o poder, é que podem realizar esta tarefa. Inclusive o de reprimir os produtores e traficantes.

Aqueles que lutam pela legalização das drogas, sinceros ou não, têm ilusões no Estado Capitalista e se esquecem que a questão não é de justiça ou de moral, mas sim de luta de classes. A legalização das drogas não mudaria sua função social, pelo contrário, facilitaria a destruição da juventude, pois proliferaria ainda mais o consumo e aumentaria as ilusões nas instituições burguesas.

Engels, em *"A Situação da Classe Operária na Inglaterra", discutia a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do início do século XIX e explicava como a bebida era utilizada naquele momento como instrumento de opressão social, semelhante ao papel desempenhado hoje com as drogas ilegais. "O alcoolismo deixa de ser um vício do qual se pode ser responsável quem a ele se entrega (...). No entanto, a mesma necessidade que conduz a maioria dos trabalhadores ao alcoolismo, leva a bebida a fazer estragos no ânimo e no corpo de suas vítimas".*

Drogas e Capitalismo

Ao longo da história, vários povos e sociedade utilizaram drogas, isso é certo. Mas em geral fizeram isso como parte de ritos religiosos ou em festas. Não era um hábito cotidiano e corrente. O uso generalizado das drogas é uma característica da sociedade capitalista e só foi possível se desenvolver dessa forma quando a droga começou a ser produzida em grandes quantidades, ganhando condições de armazenamento, conservação e transporte. Ou seja, quando a droga se converteu em mercadoria capitalista.

A produção em massa de drogas começou a partir da Revolução Industrial, quando houve as condições para a destilação massiva de álcool para produzir aguardente e licores e o desenvolvimento de técnicas para a elaboração de extratos das drogas vegetais. O ópio só vai se converter em morfina e heroína a partir do século XIX, a folha de coca em cocaína, só no começo do século XX.

A produção de drogas em grandes quantidades precisa de uma determinada escala de produção agrícola. No entanto, diferentemente de outras esferas produtivas (como mineração, metalurgia, têxtil, etc.) onde as mercadorias, apesar de poderem realizar o lucro também tem um valor de uso que beneficia a humanidade, a mercadoria resultante do refino das drogas serve, como as armas de guerra, apenas para a destruição da principal força produtiva: a força de trabalho humana. É uma produção que só vai servir para entorpecer o usuário sem acrescentar em nada em benefício da humanidade, é uma mercadoria sem importância para o desenvolvimento das forças produtivas, sem importância social - exceto como instrumento de domínio da burguesia e obtenção de lucro para a destruição.

As drogas geram empregos?

Alguns dizem que o cultivo de drogas gera empregos. Se esquecem que seu cultivo é diferente da agricultura de grãos ou de outro vegetal que resultam em uma mercadoria que agregará valor em outra mercadoria mais elaborada ou que servirá de alimento ao homem, contribuindo para a reprodução da força de trabalho.

O plantio de ervas que permitem a sua transformação em drogas gera mão de obra semiescrava e superespoliada. Em muitas regiões o cultivo de plantas destinadas à produção das drogas tem destruído a agricultura tradicional. A agricultura voltada à produção de drogas, por ser mais lucrativa, tem levado muitos camponeses a aderirem a essa atividade de produção. Assim a produção massiva de drogas contribui para a desindustrialização e destruição de forças produtivas, a começar da agricultura.

A produção de drogas se desenvolveu junto com sua mercantilização, com mercadorias produzidas massivamente em cultivos voltados para a industrialização por meio não de fábricas modernas, mas sim por meio de rudimentares transformações químicas baratas, cujos produtos levados ao mercado capitalista se comportam como qualquer mercadoria, propiciando maiores lucros quando elas sejam vendidas. Por isso, as drogas constituem uma parte significante do comércio mundial capitalista.

Já em 1997 a ONU calculava que o tráfico mundial de drogas ilegais girava em torno de 400 milhões de dólares, hoje, alguns economistas calculam que o montante pode chegar a US$ 800 milhões.

A proliferação das drogas é uma das manifestações de barbárie no decadente sistema capitalista, assim como o trabalho infantil, as guerras e as crises econômicas e sociais. Nos mostra os rumos para onde o capitalismo leva a humanidade, para sua própria destruição, isso caso não haja a intervenção consciente e revolucionária do proletariado e de seu partido.

>> Continua na edição 48

**Ramirez é dirigente da Juventude Marxista*

Lutamos pela vitória da Revolução na Venezuela: lutamos pela vitória de Chávez

Crédito: Douglas Mansur

Plenária de constituição do Comitê Brasil com Chávez

Jornal Luta de Classes

Durante o encontro realizado no dia 24 de julho – aniversário de Simon Bolívar – diversas organizações se reuniram na sede do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para manifestar apoio à Revolução Venezuelana e discutir iniciativas de apoio ao presidente Chávez e por sua vitória nas eleições de outubro.

Neste dia foi lançado o Manifesto Brasil está com Chávez. (ver texto em: http://www.manifestolivre.com.br/ml/exibir.aspx?manifesto=brasilestacomchavez)

A Esquerda Marxista, que impulsiona o movimento Tirem as Mãos da Venezuela, esteve presente e se soma à iniciativa por entender que as conquistas dessa revolução não podem ser pisoteadas pelo imperialismo e pela burguesia.

Defendemos o processo revolucionário na Venezuela por entendermos que ele é parte integrante da luta travada em todo mundo para por fim ao capitalismo e abrir a via para o socialismo.

A batalha contra Capriles, candidato da direita venezuelana e apoiado pelo imperialismo deve ter como eixo o combate pela expropriação das propriedades da grande burguesia e dos latifundiários.

A Esquerda Marxista entende que a revolução só pode avançar se o PSUV e Chávez forem até o fim na construção do socialismo. O Estado venezuelano, suas instituições, sua economia, fábricas e bancos, seguem dominados pela burguesia. Isso é uma constante ameaça às conquistas da revolução.

Os bancos devem ser nacionalizados, a grande indústria deve ser nacionalizada e colocada a serviço e sob controle dos trabalhadores, o comércio exterior deve ser nacionalizado e as milícias populares devem se estender para todas as fábricas e plantações.

Estamos com Chávez, por sua vitória, pela vitória do socialismo!

Nenhuma trégua e concessão aos capitalistas!

A vitória das massas venezuelanas ajudará no avanço das lutas dos trabalhadores no Brasil e no mundo!

A classe operária é internacional!

Campanha de solidariedade ao companheiro Abraham Rivas

Pela investigação e punição dos acusados de tentativa de assassinato por encomenda

Jornal Luta de Classes

A Corrente Marxista Internacional vem impulsionando há três meses a campanha de solidariedade ao companheiro Abraham Rivas, que, no último dia 21 de maio, em Caracas, na Venezuela, sofreu uma tentativa de assassinato, por conta de sua atuação como dirigente sindical da Fábrica de Sorvetes EFE do Grupo POLAR (o maior grupo ligado ao ramo da alimentação daquele país e cujos proprietários estiveram ativamente participando do golpe contra Chávez).

Em todas as seções da CMI ocorreu um trabalho para enviar moções e abaixo-assinados, explicando que ficamos muito preocupados com o fato de que apesar dos quatro indivíduos terem sido identificados como envolvidos no ataque e levados à polícia, todos eles foram colocados em liberdade, sem fiança. Exigimos das autoridades concernentes que garantam que este caso seja investigado a fundo e que os responsáveis sejam levados à justiça.

No último dia 2 de agosto, uma comissão representativa de uma série de movimentos sociais, sindicais, organizações políticas, entidades populares entregou um ofício no Consulado da Venezuela em São Paulo, apontando nossas preocupações, apresentando nossa solidariedade ao companheiro Rivas.

Antes disso, no dia 24 de julho, no ato pela vitória do Presidente Chávez, que contou com a presença de centenas de entidades, entre elas, a CUT, o PT, o PCB, o PCdoB, o MST, todas foram unânimes no apoio à presente campanha em defesa do companheiro Rivas e pela punição dos que tentaram assassiná-lo e firmaram o abaixo-assinado da campanha.

Rivas é um dirigente sindical, defensor dos direitos dos trabalhadores, militante da construção do socialismo na Venezuela e do PSUV. Já esteve no Brasil em defesa da fábrica ocupada Flaskô, é um militante socialista e internacionalista.

Exigimos a punição dos que tentaram assassiná-lo!

Exigimos que sua vida seja garantida e protegida pelo governo Chávez!